

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UniEVANGÉLICA**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

**EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO RURAL NO BRASIL:**  
**2007 A 2017**

**Victor Afonso Marinho**

**ANÁPOLIS-GO**  
**2019**

**VICTOR AFONSO MARINHO**

**EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO RURAL NO BRASIL:  
2007 A 2017**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Anápolis- UniEVANGÉLICA, para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

**Área de concentração:** Agronegócio

**Orientador:** Prof. M. Sc. Thiago Rodrigues Ramos Farias

**ANÁPOLIS-GO**

**2019**

Marinho, Victor Afonso

Evolução do Financiamento Rural no Brasil: 2007 a 2017/ Victor Afonso Marinho. – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, 2019.  
31 páginas.

Orientador: Prof. M. Sc. Thiago Rodrigues Ramos Farias

Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Agronomia – Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, 2019.

1. Agronegócio. 2. Crédito 3. Produtor I. Victor Afonso Marinho. II. Evolução do Financiamento Rural no Brasil: 2007 a 2017.

CDU 504



Dedico ao todo-poderoso Deus por abençoar a minha vida todos os dias, me dando força, sabedoria e paciência para concluir esse trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a Deus que me proporcionou a realizar este curso, agradecendo também aos meus pais, aos meus amigos, minha esposa Nalucia e colegas que estiveram comigo nesses últimos anos de trajetória, ao meu orientador Prof. M. Sc. Thiago Rodrigues Ramos Farias que me auxiliou na execução deste trabalho.

Obrigado!

“O fim determina o valor do seu esforço.”

Autor desconhecido

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>vii</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
2.1. HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO RURAL NO BRASIL .....	10
2.2. CRÉDITO RURAL E OS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTOS ASSOCIADOS .....	11
2.3. EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS .....	12
2.4. NÚMERO DE CONTRATOS FINANCIADOS .....	12
2.5. EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPÉCUARIO .....	124
<b>2.5.1. Territorial e produtivo .....</b>	<b>12</b>
<b>3. MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>16</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>20</b>

## RESUMO

Com o decorrer dos avanços tecnológicos, o Brasil se tornou um dos líderes mundiais em produção no setor agroindustrial com o aumento da produção cresce a movimentação no mercado financeiro, incluindo a disponibilidade de crédito ao produtor rural. O objetivo do trabalho foi analisar a evolução do financiamento rural no período de 2007 a 2017, e sua correlação desse período de acordo com o Censo agropecuário, observando as mudanças obtidas e levantando um comparativo sobre o crédito oferecido pelo governo e entidades privados. Para obter os dados quantitativos necessários foi utilizado dados do IBGE, MAPA e BACEN fazendo um balanço geral das opções de créditos disponíveis em bancos públicos e privados, avaliando taxas de juros e quantidade de produtores adeptos as linhas de créditos. Verificou-se com este estudo que haverá uma procura e oferta maior de tipos de crédito em bancos públicos e privados, visando oferecer ao contratante maiores possibilidades de investimento, menores juros e maiores prazos para liquidação de suas dívidas. Com isso notou-se uma variação no comportamento do produtor ao longo do período em busca de crédito nas instituições bancárias, variando das partes públicas convencionais, quanto na parte privada envolvendo diversos mecanismos de oferta de crédito ao produtor rural, comparando os diferentes pontos estratégicos abordados neste projeto.

**Palavras-chave:** Agronegócio, crédito, produtor.

## 1. INTRODUÇÃO

Com reação à crise fiscal dos anos 1980 e à mudança no padrão de desenvolvimento na virada da década de 1990, o Estado brasileiro passou a privilegiar novos instrumentos de política agrícola. No lugar do clássico mecanismo de empréstimos com garantia de compra, que transferiam o risco da comercialização para o governo, foram adotados programas cujo objetivo era manter o risco com o produtor e minimizar o impacto sobre os gastos públicos (FAVERET FILHO, 2002). Visando fortalecer a disponibilidade de crédito para o setor, nos meados de 1990 o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi em busca de parcerias para ajudar a produção e comercialização agroindustrial. Mas foi nos anos de 2003 e 2004 que foi lançado mecanismos com capacidade de atrair o setor privado de crédito a investir no setor que cada vez mais crescia no país (MAPA, 2008).

A agropecuária apresenta condições de produção que implicam maiores riscos que a produção industrial. Além de riscos de preços (advindos de se tomar a decisão de iniciar a produção agropecuária bem antes do período de vendas), os agricultores enfrentam o risco advindo das condições edafoclimáticas, ou seja, eles plantam e não têm certeza do quanto irão colher. Além desses riscos, certos governos podem se interessar em dar um apoio diferenciado ao seu setor agropecuário em razão de questões estratégicas. Esses aspectos justificam a discriminação da política de crédito seletivo e preferencial para os agricultores (BACHA et al., 2005).

O aumento de produção do setor, fez com que outros setores fossem afetados indiretamente, influenciando em seus indicadores de atividade econômica e geração de empregos. O impacto do crédito agrícola fez com que o setor agropecuário sustentasse a economia do país em épocas de crise, sendo o setor menos afetado pela crise e mantendo sua alta crescente na produção e movimentação de capital. A expansão de linhas de crédito e a atribuição adequada dos financiamentos, fez com que o Brasil se destacasse cada vez mais no mercado externo. Impactado diretamente pelo avanço de disponibilidade de crédito ao setor agroindustrial, as linhas de crédito vem sendo cada vez mais utilizadas para ampliar e modernizar o meio de produção agrícola, custeando desde um trator agrícola até um armazém de secagem de grãos. (BRASIL, 2018)

O setor agroindustrial conta também com o autofinanciamento, cujo é realizado uma retirada da própria receita interna proveniente de lucros passados, para financiar uma nova aquisição ou realizar uma nova safra, entre outros, esse recurso em si não é muito comum em

casos de pequenos e médios produtores. Outra alternativa que vem crescendo constantemente para financiar operações agrícolas é o “Barter” que no inglês significa “Troca”, ferramenta bastante utilizada no agronegócio, mais especificamente na oferta de insumos agrícolas como sementes, defensivos químicos e adubos, em troca de grãos no final da colheita. Os métodos de financiamentos mais comum são Pronaf, Pronamp, Custeio Agrícola, Comercialização e Investimento. (BRASIL, 2018)

No período de 2007 a 2017 o Brasil cresceu de maneira impressionante, aumentando a área plantada, produtividade por hectare, exportação de produtos processados e não processados da agropecuária. Nesses 10 anos o cenário agrícola mudou e tornou-se um pivô da economia do país. Diante do exposto, o objetivo do trabalho foi analisar a evolução do financiamento rural no período de 2007 a 2017, fazendo uma correlação desse período de acordo com o Censo Agropecuário, observando as mudanças obtidas nesse período.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO RURAL NO BRASIL

Em 1885 surgiu o primeiro incentivo para aumentar a produção agrícola no Brasil, criado por D. Pedro II, sendo nomeada por “Penhor Agrícola”, porém, ainda não considerada um financiamento, pois era utilizada como uma garantia especial. Esse crédito era disponibilizado de acordo com cada tipo de atividade agrícola, com enfoque maior na produção de café (REIS, 2017).

Com o aumento na busca deste empréstimo surge então no século XX o Banco Hipotecário que posteriormente se torna o “Banco do Estado de São Paulo”. Com a alta crescente na produção de café, ouve uma queda na disponibilização deste recurso. A partir da década de 30 a 40 foi criada a primeira carteira de crédito agroindustrial pelo Banco do Brasil juntamente com o Departamento do Café, com o intuito de ajudar ainda mais a produção agrícola e pecuária. Criada pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, sabendo que o café era uma das principais fontes econômicas da economia do Brasil. Mas na década seguinte pouca importância foi atribuída ao setor por parte do Estado, por falta de instrumentos e intervenção (REIS, 2017).

Com a redução de recursos no período de 1948 a 1970, a atividade agroindustrial deixou um índice de participação interna na atividade econômica do país de 15%, e isso fez com que em 1965 surgisse o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o objetivo de estimular a produção do pequeno ao grande produtor, melhorar a qualidade de vida do produtor e da família rural, incentivar a ampliação de produção e a implementação da armazenagem de grãos, favorecendo o custeio oportuno para a produção e expansão agropecuária (BANCO DO BRASIL, 2004).

O SNCR é constituído por alguns órgãos básicos tais como: Banco Central do Brasil (BACEM), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB), outros órgãos também estão vinculados como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), cooperativas de crédito e bancos privados (BANCO DO BRASIL, 2004).

O setor privado de crédito foi atraído a participar na disponibilização de recursos para o setor agrícola, mas precisava de algo que garantisse que o produtor tivesse a obrigatoriedade

de liquidar a dívida com o fornecedor do crédito, daí foi criado a cédula do produtor rural (CPR) (MAPA, 2008). A cédula do produtor rural vem ganhando destaque se tornando as vezes obrigatória na hora da oferta de crédito, pois torna o investidor assegurado de receber a dívida, torna-se isenta do imposto de renda e também do IOF (Imposto sobre operações financeiras), e para o produtor oferecendo o valor adequado para custear a produção e a comercialização da sua safra, permitindo a venda de parte da produção e proporcionando a negociação da safra sem endividar-se no que se refere a taxa de juros do atual momento de venda (BM&BOVESPA, 2016).

## 2.2. CRÉDITO RURAL E OS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTOS ASSOCIADOS

No Brasil, existem fontes e formas de linhas de crédito para a agropecuária, seguindo critérios e quais destinações, são elas: i) custeio: é um mecanismo de crédito que é utilizado para cobrir gastos habituais para a produção da safra, com pagamento a curto prazo, este método de financiamento é muito utilizado na produção de grãos; ii) investimento: utilizado para financiar uma estrutura, na compra de uma tecnologia de grande valor comercial, que conta com um prazo de pagamento maior e com carência nos primeiros anos; iii) comercialização: garante que o produtor ou cooperativa assegure a qualidade do produto, para que não perca valor comercial, e auxilie o produtor a ter maior controle de compra e venda, este mecanismo de crédito é muito utilizado em construções de containers e silos para armazenagem de grãos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Desde de 1940, o governo federal vem estimulando a produção agropecuária, visando principalmente a exportação de grãos (MAPA, 2017). Segundo a Embrapa (2017), o Brasil obteve recorde histórico em exportação de soja, o qual o colocou em segundo lugar no ranking de maior produtor de soja mundial. Devido ao alto retorno direto na economia, atualmente o governo investe em diversas linhas de crédito para respectivos pontos de produção atendendo a diferentes áreas do ramo agropecuário (EMBRAPA, 2017)

Dentre tantas opções de crédito, se destacam algumas, que são elas: Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura familiar (PRONAF), Financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), Custeio Agropecuário (Crédito para as despesas

de produção agrícola e pecuária), Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), Barter, entre outras que são destinadas para diferentes tipos de produção (MAPA, 2017).

### 2.3. EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS

Saindo de uma época recessiva e de crise, o governo que tinha fixado uma taxa de juros para o setor há quase uma década, foi alterada de 8,75% em 2006 para 6,75% (MAPA, 2007). Essa redução na taxa de juros foi essencial, pois analisando Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vieram sofrendo uma redução contínua, com isso a queda gradativa dos índices inflacionários, e com todos esses pontos ocorreu a elevação da taxa real de crédito rural, que conseqüentemente aumentam o custo financeiro para produzir no campo (MAPA, 2008).

Essa mudança nas normas, fez com que houvesse redução de 22,9% nos financiamentos para o produtor. Na safra de 2006/2007 o governo disponibilizou para o setor agropecuário o valor de 52 bilhões de reais, e para a safra 2007/2008 o governo dispôs ainda mais para o setor, o valor de 70 bilhões de reais, segundo o MAPA (2008).

Dando início a um período de crescimento constante de disponibilização de crédito para o ramo agroindustrial desde a produção de grãos, leite, carne, até a industrialização e comercialização do produto. O mundo sofre com uma crise internacional que interrompe a expansão agrícola se mantendo congelada e voltando a crescer em 2010 (VIEIRA; PINTO, 2013).

Na safra 2017/2018 o incentivo para produzir mais e com maior qualidade possível, fez que o governo elaborasse novas linhas de crédito para respectivas áreas de aplicação, como por exemplo: Moderfrota, Inovagro e PCA. Foi disponibilizado 200,25 bilhões para o setor agroindustrial. As taxas de juros para cada setor de operação foram de 8,5% a.a para o custeio, 7,5% a.a para Investimento e 6,5% a.a para armazenagem e inovação tecnológica (MAPA, 2017).

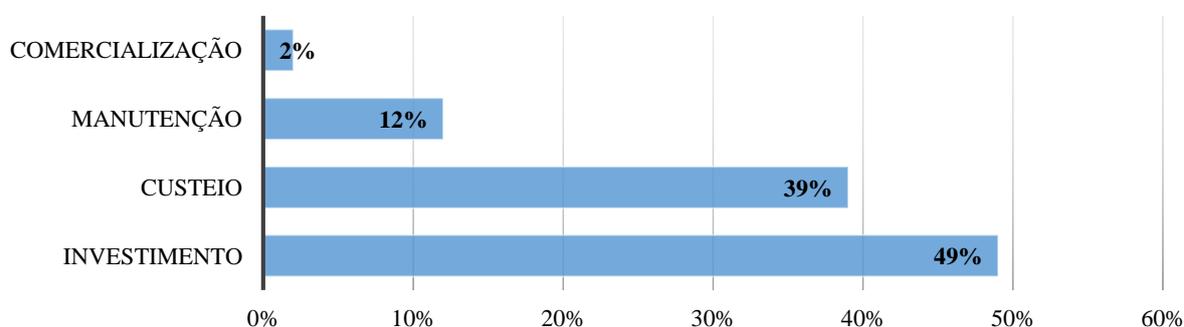
### 2.4. NÚMERO DE CONTRATOS FINANCIADOS

Segundo Magalhães et al. (2012), apenas uma faixa de 13% dos produtores não necessitam de financiar a sua produção, capazes de custear com capital próprio, 25% dos produtores tem dificuldade em conseguir o crédito, fator que pode ser influenciado por débitos,

falta de garantia de penhor ou valor não condizente ao tipo, tamanho ou capacidade de produção e 62% são dependentes dos financiamentos para o segmento agrícola ou pecuário, tanto para custear a safra ou fazer um investimento necessário para a propriedade. Existem vários pontos a serem questionados na hora de disponibilizar o crédito para o produtor, tem-se uma relação diretamente ligada com a disponibilização de crédito com a solidez e dinâmica da propriedade PICOLI, 2012. Na última safra, segundo MAPA (2018) foram registrados pelo SICOR/Banco Central, o número de contratos registrados na safra 2017/2018 de julho a junho, foram de 560.300 mil envolvendo custeio, investimento, industrialização e comercialização.

Destes, 560.300 mil contratos foram escalonados para cada fim de aplicação. Para o custeio foram feitos 364.988 mil contratos com um saldo total de 80,82 bilhões de reais, representando 80,02% de todo o valor disposto pelo governo. Para o investimento foram 163.911 contratos realizados com um valor total de 32.14 bilhões de reais representando 32,11% de todo valor disposto. Na industrialização foram realizados 513 contratos com total de 6.78 bilhões investidos e na comercialização realizados 30.888 mil contratos com um total de 29.80 bilhões aplicados a este segmento (MAPA, 2018).

Na Figura 01, segundo o último censo realizado pelo IBGE no ano de 2017 observou-se, 15% dos produtores entrevistados pela pesquisa, obtiveram financiamento, onde desses 15% foram subdivididos em quatro modalidades de crédito: Custeio, Investimento, Manutenção e Comercialização. A modalidade Investimento foi a que obteve maior índice de busca de financiamento, com 49% dos entrevistados com o total de 473.055 mil produtores. O custeio foi o segundo módulo mais acessado pelo produtor com 38% totalizando 369.258 mil contratos. Manutenção com 12% representando 114.236 mil produtores, e por último a comercialização com 2% de contratos com o total de 15.452 mil produtores. (IBGE 2017)

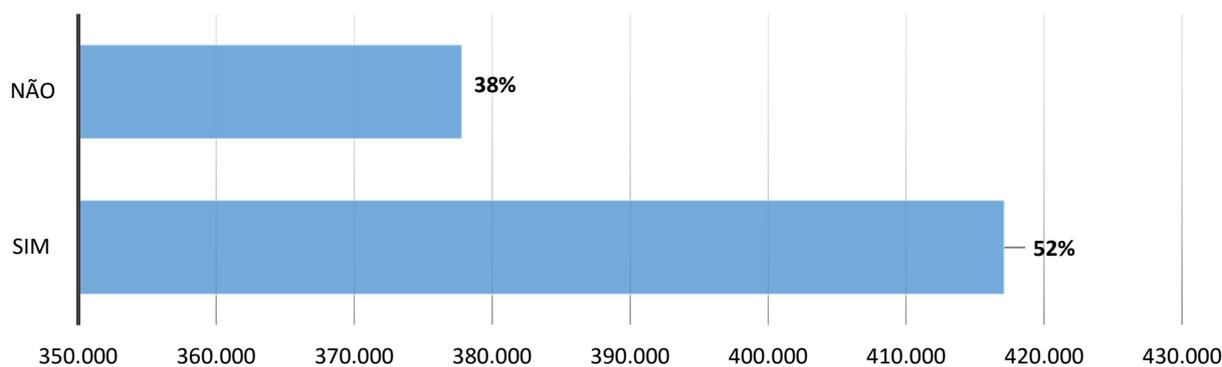


Fonte: IBGE (Censo Agro 2017)

Figura 01: Percentual na modalidade de crédito agrícola realizado no Brasil no período de 2017 realizado pelo Censo Agro.

Na Na Figura abaixo mostra-se a relação entre os entrevistados pelo censo, caracteriza-se uma mudança de produtores que deixaram de buscar crédito agrícola em fontes do governo, para credores privados, onde mais de 377 mil produtores foram atraídos pelas suas linhas de financiamento. (IBGE, 2017)

Figura 02: Participação do governo no financiamento agrícola em 2017



Fonte: IBGE (Censo Agro 2017)

Figura 2. Gráfico dos índices pesquisados pelo IBGE relatando o índice de contratos realizados para o financiamento rural no período de 2007 a 2017 realizado pelo Censo Agro.

## 2.5 EVOLUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Em 2007, o Brasil tinha uma área equivalente a 200 milhões de hectares a dispor da agropecuária, com capacidade de expansão de até 100 milhões no cerrado, mantendo intacta a área total da Amazônia (IBGE, 2007). Com o crescimento constante causando impacto direto na parte social, capital e ambiental, inicia-se a migração de produtores para áreas produtoras ainda não muito exploradas no país, destacando-se o “MATOPIBA”, constituído pelos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, (Medina et al, (2016). Com o crescimento gradativo do setor agrícola impulsionado pela produção de soja e milho, consequentemente houve um aumento na produção de carnes de frangos, suínos e peixes, devido à grande oferta de ração e preços mais competitivos no mercado. Constantino et al, (2015).

### 2.5.1 Territorial e produtivo

Com uma área plantada maior que na safra passada o Brasil produziu uma média de 229,75 milhões de toneladas, 3,3% a mais que na última safra, com a área total plantada de 61,6

milhões de hectares, 1,2% maior que na safra 16/17. Fazendo o balanço geral das principais áreas produtoras e exploradas pelo setor agropecuário, vemos uma expansão dentre os dez anos avaliados. A soja que é o pivô nacional de maior produtividade, alcança um recorde de 118 milhões de toneladas na safra 17/18, 3,5% a mais que na safra 16/17 (CONAB, 2018).

No Brasil temos a produção de milho dividida em três etapas (milho safra, milho safrinha e milho pivô). A produção de milho safra obtém produtividade de 26,8 milhões de toneladas, 12,1% a menos que na safra anterior, fato que corresponde a diminuição de área plantada. Já a produção de milho safrinha obteve produção de 58,2 milhões de toneladas, com diminuição de 13,5% menor que na safra anterior e 7,5% menor que no último levantamento da produção de grãos, devido ao baixo índice de chuvas no período produtivo da cultura (CONAB, 2018).

A produção de leite em 2016/2017 empregou mais de 40 milhões de pessoas, tanto nas indústrias lácteas, quanto no campo com produção da matéria prima, com a projeção para 2017 de gerar uma margem bruta de 46.8 bilhões de reais, subindo 3.5% que ao ano anterior, representando 24% da produção do (VBP) Valor Bruto de Produção, na pecuária sendo inferior apenas da produção de carne bovina e superior na produção de carne de suínos, frangos e ovos. (ZOCCAL, 2017).

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

Para produzir a análise da evolução sobre o financiamento rural no Brasil, realizaram-se pesquisas nos meses de setembro de 2018 a março 20019 na base de dados de toda rede SCIELO (Scientific Eletronic Library On Line), no Google Scholar (apenas artigos publicados) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As buscas ocorreram associando os termos Crédito rural, economia rural, financiamento rural e crédito agropecuário no período de 2007 a 2017.

Os termos também foram procurados no título, resumo ou palavras-chave dos artigos. Utilizou-se asterisco depois de cada termo para que a busca fosse feita com palavras no singular e plural, assim como as formas variantes. Essa etapa foi desenvolvida com vistas ao levantamento bibliográfico sobre o assunto.

No mesmo período, buscou-se o levantamento de informações técnicas a respeito dos indicadores do financiamento rural no Brasil. Nesse momento, as fontes de informação foram Banco Central do Brasil (BC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

As informações do censo agropecuário foram coletadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a finalidade de comparar mudanças socioeconômicas no universo do agronegócio com a evolução do crédito rural e alterações de normas ao longo do tempo. Essa análise interseccional permite comentar a respeito do impacto dessa política pública sobre aspectos intrínsecos das propriedades e produtores rurais.

Os indicadores da análise comparativa foram divididos em dois grupos: i) números da política pública de crédito rural (plano safra) desde a safra 2007/08 até 2017/18; e, ii) números dos censos agropecuários de 2006 e 2017, disponibilizados pelo IBGE. Essa divisão buscou separar a compilação dos dados para viabilizar a elaboração das tabelas e gráficos, visto que se tratam das informações que serão confrontadas e analisadas

No primeiro grupo, foram coletados os seguintes indicadores: i) quais programas abrangem o plano safra; ii) volume financeiro em R\$ para crédito rural; iii) porcentagem do volume financeiro da linha de custeio sobre o total; iv) porcentagem do volume financeiro da linha de investimento sobre o total; v) porcentagem do volume financeiro da linha de comercialização sobre o total; vi) taxa de juros média do plano safra; vii) carência média entre as linhas de crédito disponibilizadas; viii) média dos prazos máximos para pagamento, entre as linhas disponibilizadas; e, ix) porcentagem do volume de crédito utilizado sobre o total de

crédito disponibilizado. Ressalta-se que estes indicadores serão coletados anualmente e apresentados no formato de gráfico.

Enquanto no segundo grupo, coletaram-se os seguintes indicadores: i) Número absoluto de propriedades rurais que obtiveram financiamento rural; ii) Número absoluto de propriedades rurais que não obtiveram financiamento rural; iii) Porcentagem de propriedades que obtiveram financiamento junto ao governo; iv) número de propriedades rurais que obtiveram financiamento junto às instituições privadas; e, v) porcentagem de participação dos programas de acesso ao crédito rural no Brasil. Nessa parte, os dados foram coletados exclusivamente na base de informações do censo agropecuário.

Posteriormente, as informações foram tabuladas e organizadas em tabelas e gráficos no Excel. A análise comparativa sobre os indicadores foram construídas com base nas intersecções de informações entre a evolução dos números do plano safra e os dados consolidados pelo IBGE no censo agropecuário. No contexto da agricultura familiar, foram levantados dados sobre o período em que ocorreu a política de crédito específica para esta parcela da população rural.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Constatou-se que o aumento da disponibilização de crédito para custeamento da produção agroindustrial, em seus respectivos pontos de aplicação com determinados produtores adeptos ao crédito, variando o fornecedor das linhas de financiamento e seus diferenciais para atrair o cliente a sua gama de opções no fornecimento de crédito agrícola. No decorrer dos anos houve mudanças em suas respectivas finalidades, variando a disponibilidade do crédito, taxas de juros e prazos para liquidar seus débitos.

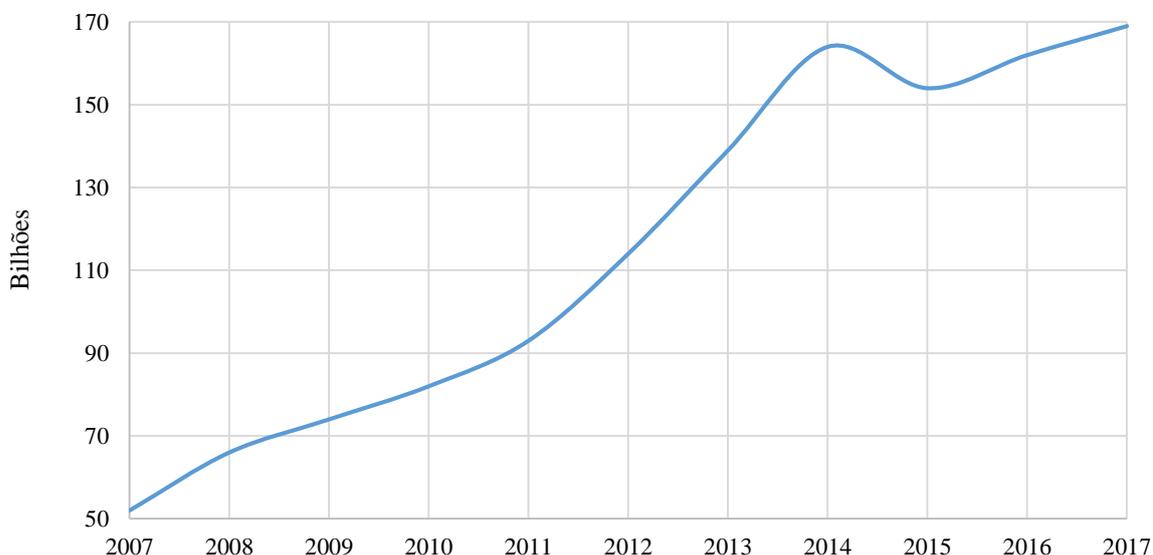
Observa-se pelos valores obtidos em relatórios estatísticos que foram fornecidos pelo Banco Central neste período de 10 anos, que o produtor não se restringiu apenas ao uso de linhas de crédito subsidiadas pelo governo, como também procurou opções de financiamentos em redes privadas, que se aprimorou ao longo dos últimos anos, proporcionando uma competitividade entre as redes de crédito e buscando cada vez melhorar o leque de interessados em seus recursos financeiros.

Esses bancos privados buscam cada vez mais melhorar a captação do produtor para seu sistema de financiamento, uma vez que aumenta ainda mais sua taxa lucrativa com faturamento em cima das taxas de juros para cada finalidade de crédito. Cabe também ao produtor identificar se será viável ou não custear sua produção na dependência de fornecedores de crédito, podendo também realizar uma troca, como o “barter” que sendo uma ferramenta de troca pode se tornar mais atrativa ao produtor dependendo da necessidade. Ferramenta que fornece o pagamento do produto vendido antes da entrega de sua produção. Portanto espera-se identificar a variação no comportamento do produtor ao buscar crédito agrícola nas instituições bancárias ao longo do período que objetivo de estudo deste trabalho.

O Levantamento de dados relativos aos valores propostos pelo Banco Central no período de 2007 a 2017, foi apresentado em Figura (3 à 11), mostrando a real situação que o crédito rural foi disponibilizado ao público agrário. Na Figura 3, apresenta-se um acréscimo bastante considerável em valores propostos pelo governo e crédito privado, onde são esses declarados obrigatoriamente ao Banco Central.

Observa-se que, o fornecimento de crédito em 2017 aumentou quase 3 vezes mais que no período de 2007, onde alavancou-se de um montante no valor de 52 bilhões para a safra 2006/2007, para o valor de 169 bilhões de reais para custear toda a safra 2016/2017, envolvendo

todas as linhas de crédito existentes no plano agrícola e pecuária, atendendo custeio, investimento, comercialização e industrialização.

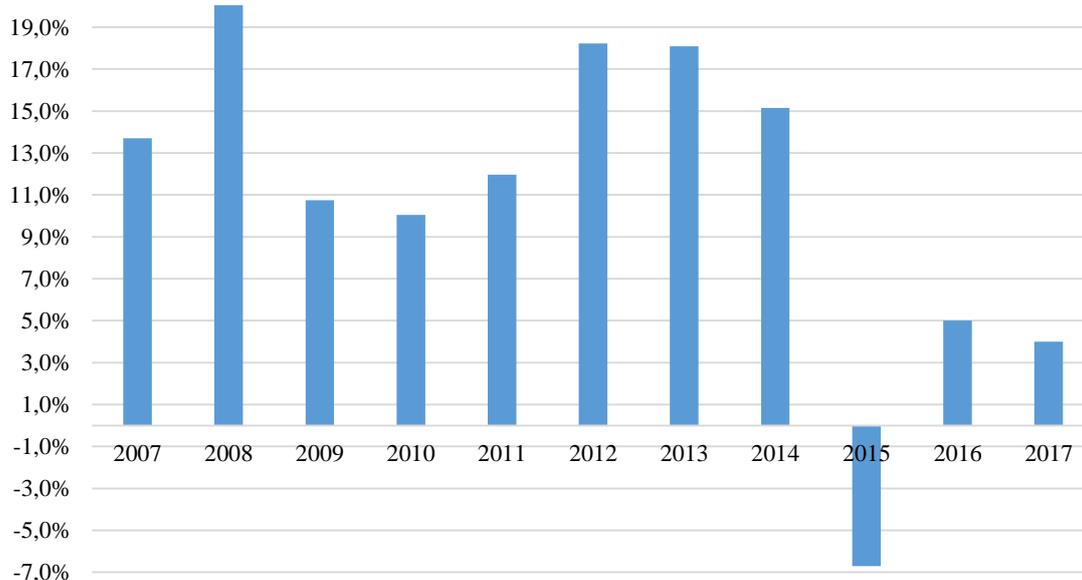


Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura.

Figura 03: Evolução histórica do crédito para o financiamento rural envolvendo os 2007 a 2017 segundo dados estatísticos do BACEN.

Podemos observar na Figura 04 do período de 2007 a 2014 houve uma proporção de aumento em percentual de crescimento ao ano anterior, variando de 10% até 18,2% do valor disposto ao ano anterior, mostrando que fornecimento de crédito e crescimento na produção agroindustrial crescia constantemente no país. Entretanto no ano 2015 houve uma redução no valor ofertado ao plano safra chegando a uma redução de 6,7% ao ano anterior (2014). Este período de redução se compreende ao fato em que o país e o mundo sofreu uma crise financeira mundial, e desafios climáticos que afetariam a produção no setor agroindustrial.

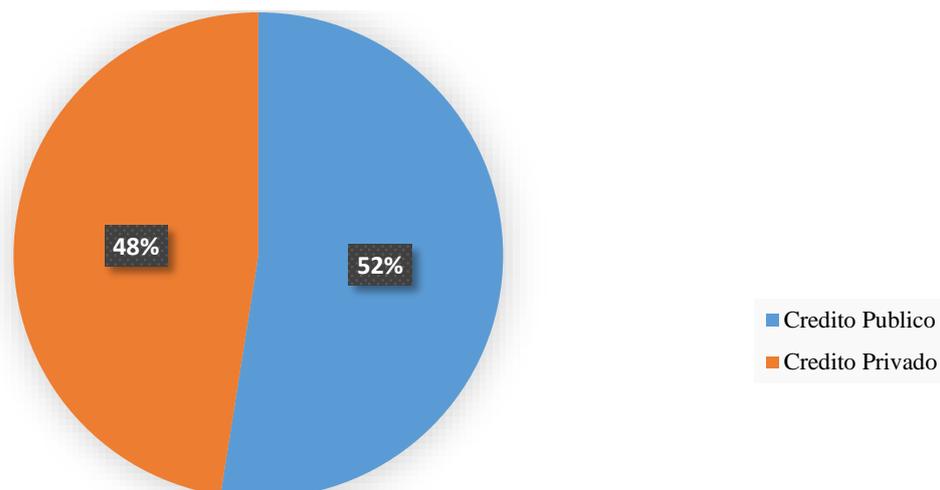
Após o período de crise no país, no ano seguinte 2016 o setor volta ao crescimento e a disponibilidade de crédito volta a crescer, aumentando 5% em relação ao ano anterior 2015, que conseqüentemente volta a crescer essa oferta de dinheiro chegando a subir 4% para a safra 2016/2017 que até ao momento atual fora do período de pesquisa chega a 15% após 3 safras seguintes.



Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura

Figura 04: Variação em aumento percentual ano após ano no período de 2007 a 2017 na disponibilização de crédito rural.

Segundo a pesquisa realizada pelo CENSO AGRO (2017), na Figura 5 que produtores entrevistados pelo serviço, já buscaram crédito pelo fornecedor público de dinheiro para custeamento agroindustrial chegando a 52% dos produtores, sendo que 48% deles já obtiveram financiamento pelas mantenedoras privadas de crédito rural. Mostrando que o produtor nesses 10 anos não se limitaram em procurar apenas fornecedores públicos de financiamento agrário, mas também procuraram linhas privadas que atendem ao setor oferecendo diversas opções de valores e taxas adversas.



Fonte: Dados obtidos pelo CENSO AGRO 2017 e convertido em figura.

Figura 05: Relação entre a procura pelo crédito público e privado pelo produtor rural no ano 2017 segundo o Censo Agro.

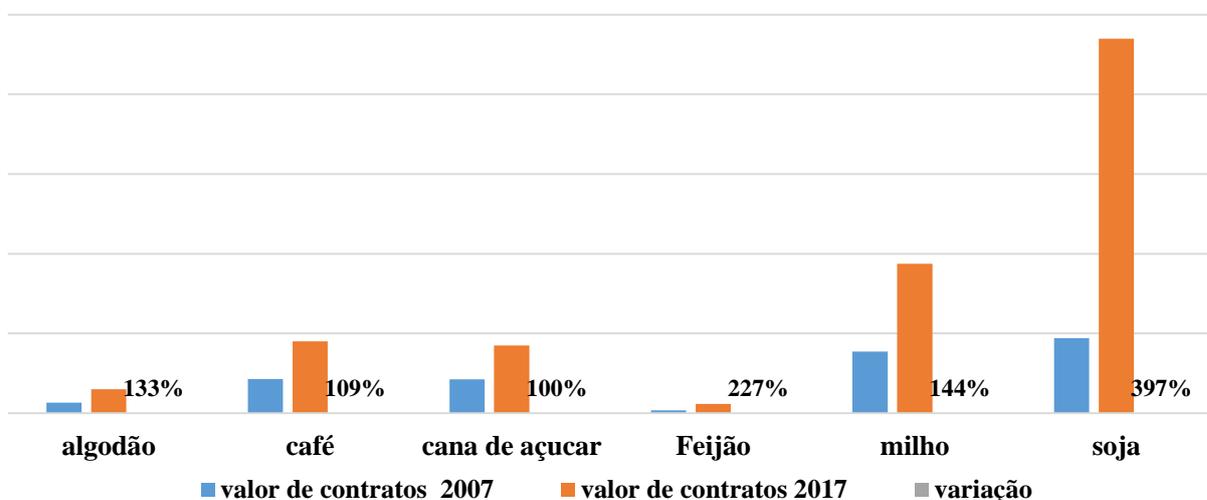
A Figura 6 ilustra a procura por crédito que aumentou um valor consideravelmente no período de 10 anos no Brasil, subdivididas em procuras para a produção por culturas que cada vez mais vem crescendo o nível de produtividade, aumentando em áreas plantadas e também maiores produtividades por hectare, no gráfico mostra as seis maiores no país.

De acordo com o Banco Central (2017), o algodão, cresce um percentual de 133% em relação a busca pelo crédito do período de 2007 a 2017, saindo de 600 milhões de reais financiados para 1,4 bilhões a 10 anos depois. O café subiu 109% o valor financiado, saindo de 2,1 bilhões para 4,4 bilhões para custear a produção. A cana de açúcar dobrou o valor financiado saindo de 2,1 bilhões para 4,2 bilhões no ano 2017 representando 100% a mais que no período de 2007.

O feijão cresceu 227% nesse período, onde que 179 milhões foram financiados em 2007 enquanto 10 anos, depois tem um valor de 587 milhões de reais financiados para a produção. O milho sendo uma das culturas mais produtivas se encontra como segunda cultura mais financiada pelos sistemas de fornecimento de crédito, onde saltou do valor de 3,8 bilhões em 2007 para 9,3 bilhões em 2017, onde represente 144% a mais no valor financiado.

A soja por sua vez sendo a cultura que mais movimentava as cadeias do setor agroindustrial em relação a empregos, logística e infraestrutura, tanto diretamente quanto indiretamente e sendo a maior commodity exportada, e que conseqüentemente é a produção que se investe mais todos os anos com custeamento de insumos, maquinários, e toda inovação de pacote tecnológico sai do valor total de 4,7 bilhões para um total de 23,4 bilhões no ano

2017, isso representa um percentual de 397% de aumento neste período de 10 anos. (BANCO CENTRAL, 2017)



Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura

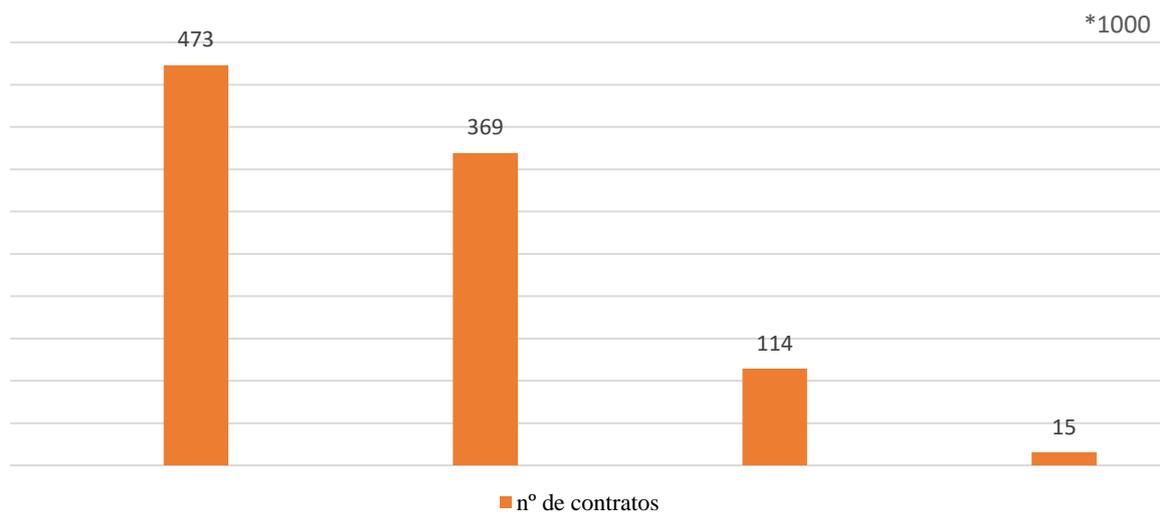
Figura 06: Dados estatísticos realizados pelo Banco Central mostrando a aquisição de crédito rural para custeamento na produção por cultivar e seu percentual de aumento nos dez anos.

O fornecimento de crédito para cada setor da agroindústria, é apresentado na Figura 7, onde mostra os recursos ofertados pelas fornecedoras de crédito na safra 2016/2017 foi subdivididos, em modalidades e planos de financiamentos diferentes, com diferentes taxas de juros, prazos e valores que podem ser financiados pelos produtores aptos a produzir algum tipo de produção agrária. A linha de crédito “Investimento” obteve o maior número de contratos realizados entre os anos de 2016/2017 com mais de 473 mil contratos realizados, sendo o crédito destinado a investir em maquinários, aquisição de animais, implementos e benfeitorias para maiores produções na propriedade, com prazos de até 7 anos para liquidação da dívida e até 3 anos de carência, com taxa de juros de até 7,5%.

Seguindo pelo “Custeio agrícola” com mais de 369 mil contratos, com pagamento em até 14 meses e sem carência, linha de crédito que auxilia na compra de insumos para custear a safra no ano que se adquire o crédito. Esse comportamento em que o investimento possui demanda superior ao custeio é verificado em outros países que precisam desenvolver o setor primário da economia com interferência direta do governo, como no caso da China (TANG; GUO, 2017).

A linha “Manutenção” foi a terceira mais acessada pelo setor agroindustrial, totalizando 114 mil contratos, oferta que atende a necessidades de manutenção de estruturas,

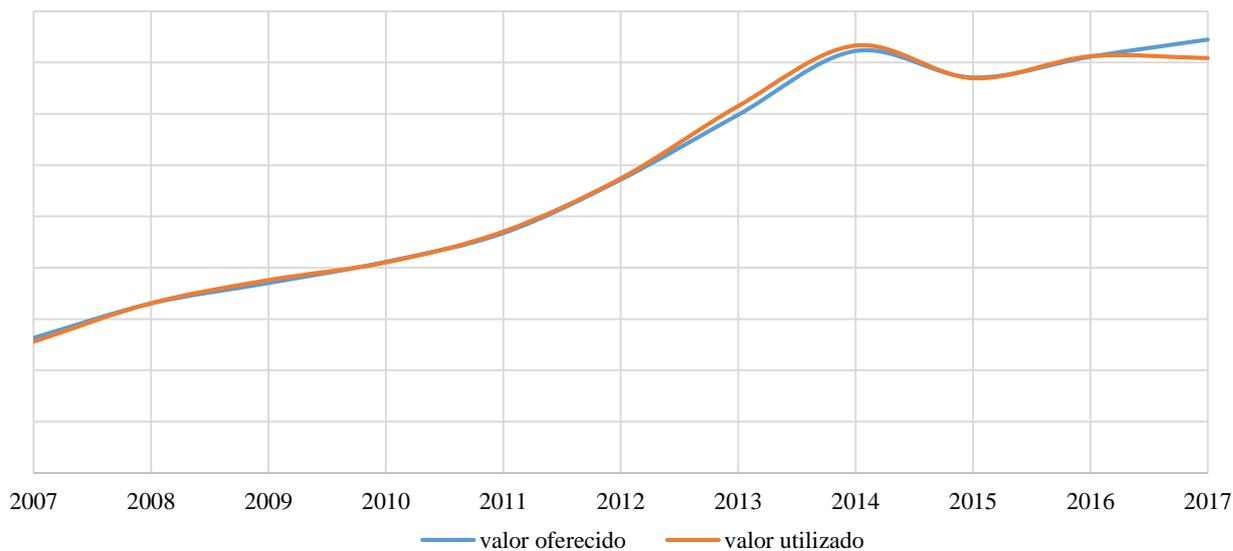
benfeitorias, troca de máquinas que operam no setor agrícola e pecuária. A linha Comercialização que oferece crédito para atender a produtores que optam por melhorar a comercialização dos produtos cultivados em industrializados tanto in natura quanto já processados em pequenas, médias e grandes empresas do setor agroindustrial, foram realizados 15 mil contratos para atendê-los em suas necessidades para inovação tecnológica e comercial.



Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura.

Figura 07: Gráfico caracterizado na destinação dos recursos financeiros para a agroindústria para a safra 2016 – 2017 segundo dados estatísticos do Banco Central.

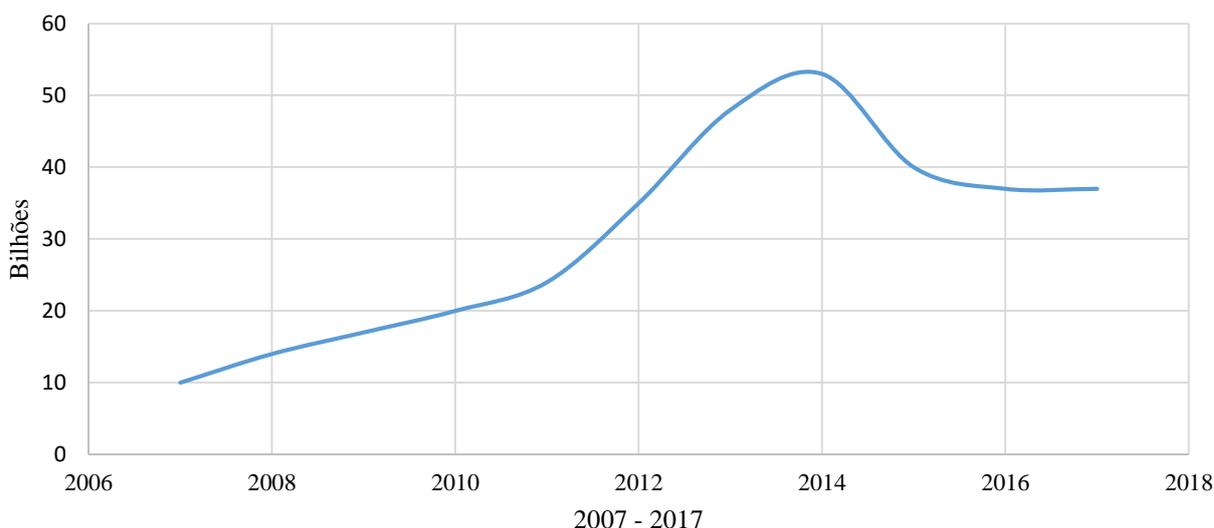
Fazendo um balanço comparativo, o valor ofertado pelas linhas de crédito pública e privada e a quantidade que o produtor buscou para custear a produção e investir ainda mais, subiu junta com a disponibilização do crédito, levantando uma análise que o produtor buscou em outras fontes o recurso financeiro não havendo a amostragem do local de busca do recurso. No período de 2013 a 2014 o produtor utilizou mais do que foi ofertado pelas fontes de crédito, levantando a questão em saber qual foi a fonte do empréstimo obtido no período. Já no ano 2017 ocorreu a diminuição da procura pelo crédito, levantando a questão de que o produtor obterá a opção de custear sua produção com recursos próprios, dificuldades burocráticas ou até mesmo deixando fontes convencionais de crédito para outras mantenedoras, ou até mesmo a utilização do Barter, que nada mais é que o pagamento antecipado do produto pela empresa compradora antes mesmo de começar a produzir.



Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura.

Figura 08: Gráfico histórico relatando o valor ofertado pelo financiamento rural e o valor adquirido pelo setor agropecuário 2007 a 2017.

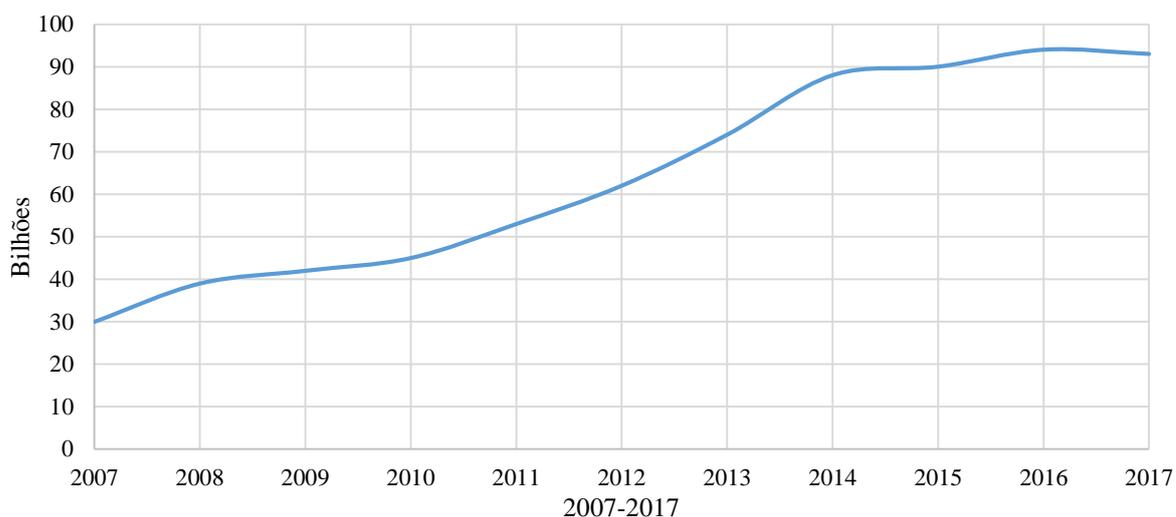
A Figura 9 em sequência, ilustra o aumento constante da oferta da linha investimento sobe frequentemente em uma escala considerável, com a inovação tecnológica no campo e melhorias na comercialização, chegando a mais de 54 bilhões ofertados em 2014, entretanto nos anos seguintes 2015, 2016 e 2017 devido a crise financeira no país houve uma redução do fornecimento e chegando a 37 bilhões de reais e se mantendo com esse valor oferecido.



Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura.

Figura 09: Gráfico histórico de financiamento rural para subsidio a produção agropecuária na linha de crédito investimento segundo dados estatísticos segundo o Banco Central.

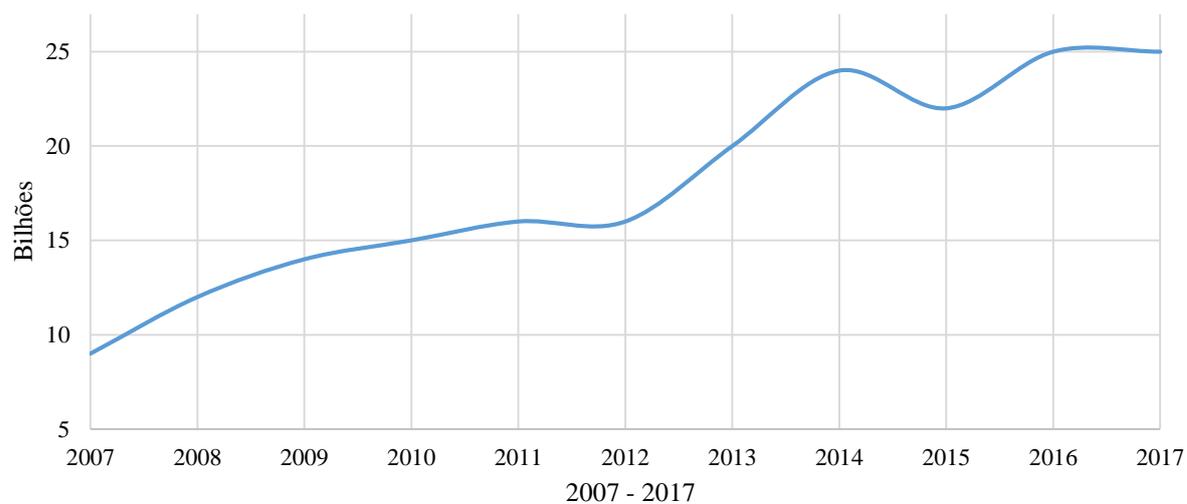
Na Figura 10 é ressaltado a linha de crédito “Custeio”, que manteve o crescimento ao decorrer destes 10 anos, onde as da faixa de 30 bilhões ofertados para mais de 90 bilhões de reais, onde não houve redução na disponibilização do credito e subindo em todos os anos constantemente. Fonte que é mais utilizada para custear a produção de soja e milho em todo o país na compra de insumos para plantio e custos no período de produção



Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura.

Figura 10: Gráfico histórico relatando a oferta de credito para custeio agrícola no intervalo de 2007 a 2017 segundo dados estatísticos do Banco Central.

A Figura 11 apresenta que a “Comercialização” é a linha menos ofertada para produção, embora sua procura não seja pequena, mas com finalidades e busca por diferentes pontos na produção agrária, tratando-se de pequenas, médias e grandes indústrias que produzem alimentos que venham do campo e procuram melhorar a comercialização do seu produto, o capital de 9 bilhões de reais no ano 2007 sobe constantemente e recua no período de 2015 devido a crise financeira que afeta o país, mas volta a crescer no ano de 2016 e 2017 chegando a 25 bilhões de reais.



Fonte: Dados fornecidos pelo BANCO CENTRAL e convertido em figura.

Figura 11: Gráfico histórico relatando a disponibilização de crédito para a comercialização nos anos de 2007 a 2017 segundo dados estatísticos do Banco Central.

## 5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise evolutiva do crédito rural entre o ano de 2007 a 2017, neste contexto foi identificado mudanças significativas no fornecimento de crédito agrícola e pecuário, foi constatado um aumento na disponibilização e na procura de crédito rural, cerca de 220% do valor bruto do ano de 2007 para o ano de 2017.

Ressaltando ainda um período de queda na crescente disponibilização de crédito agrícola, fato ocorrido devido uma crise financeira nacional no período de 2015 que afetou o sistema de crédito nacional para a agroindústria, porém nos anos posteriores a crise, a oferta de crédito voltou a crescer no setor. Identifica-se que o crédito agrícola privado com o passar dos anos vem obtendo cada vez mais produtores adeptos a essa modalidade de crédito, uma vez que as taxas de juros, e propostas de credito vem sendo atrativas para o produtor.

As linhas de crédito custeio, investimento e comercialização evoluíram constantemente nesses dez anos consecutivos, como ferramentas muito importantes para o melhoramento da produção tanto para familiar quanto a produção empresarial no campo, e com isso cada vez mais sendo discutido e melhorado em seus recursos e aplicações ao setor agroindustrial.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, C. J. C.; DANELON, L.; BEL FILHO, E. D. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil: período de 1985 a 2003. **Teoria e Evidência Econômica**, p. 43-69, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Quantidade e Valor dos Contratos por Região e Brasil**.

Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pt-](https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiao.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Regi%C3%A3o%20e%20Brasil&exibeparametros=true&botoesExportar=true)

[br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiao.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Regi%C3%A3o%20e%20Brasil&exibeparametros=true&botoesExportar=true](https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiao.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Regi%C3%A3o%20e%20Brasil&exibeparametros=true&botoesExportar=true) Acesso em 05 de setembro de 2018.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira (grãos). Resumo Executivo**, pag 8-10. (2018).

CONSTANTINO. M. **Panorama do agronegócio na América Latina: uma análise.**

**Exploratória (2000-2015). Desenvolvimento Econômico e Social**, pag. 73-80. (2017)

EMBRAPA. **Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira**. Disponível

em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/153552/1/Evolucao-da-producao.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2018.

FAVERET FILHO, P. de S. C. **Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990: implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite**. 2002. Disponível em:

<[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2597/1/BS%2016%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2597/1/BS%2016%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cr%C3%A9dito%20Rural_P.pdf)> Acesso em: 11 de setembro de 2018.

IBGE. **Censo agro 2017**. Disponível em :

[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/estabelecimentos.htm](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html)

l. Acesso em 07 de novembro de 2018

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Perguntas e**

**Respostas**, Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/projeto-pecuaria-abc/perguntas-e-respostas> Acesso em 06 de setembro de 2018

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PÉCUARIA E ABASTECIMENTO. **Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008**. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/pap2007-2008.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Financiamento Agropecuário Safra 2017/18 - Julho a Junho**.

[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/copy\\_of\\_arquivos/RelatrioSafra201718julajun.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/copy_of_arquivos/RelatrioSafra201718julajun.pdf). Acesso em 03 de setembro de 2018.

REIS, M. **Histórico e evolução do crédito rural brasileiro. Da colônia extrativista aos modernos títulos e mecanismos de financiamento e comercialização da produção agrícola 2017**.

<<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258621,81042-Historico+e+evolucao+do+credito+rural+brasileiro+Da+colonia>> Acesso em 05 de setembro de 2018.

VIEIRA, R, E, J. **Evolução Do Desempenho Comercial Do Setor Agropecuário Brasileiro De 1990 A 2012**, p. 69-70, Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5589/1/BRU\\_n08\\_evolucao.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5589/1/BRU_n08_evolucao.pdf) Acesso em 06 de setembro de 2018

WILDMANN, P, I. **Evolução do crédito rural no**

**Brasil**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observafundaj/evolucao-do-credito-rural-no-brasil.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2018.

ZOCCAL, R. **A força do agro e do leite no Brasil**. Disponível em:

<http://www.baldebranco.com.br/forca-agro-e-leite-no-brasil/>. Acesso em 06 de novembro de 2018

GOVERNO FEDERAL. **Contratação de financiamento agrícola**. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/08/contratacao-de-financiamento-agricola-cresce-48-em-julho>. Acesso em 27 de agosto de 2018